

European Commission Conference "Local agriculture and short food supply chains" (Brussels, 20/04/2012)

Workshop A

Presentation by José Miguel Afonso Fernandes, European Coordination Via Campesina

Chamo-me José Miguel, sou agricultor e exerço a actividade numa região de montanha, a Norte de Portugal, onde as dificuldades para a prática agrícola são muitas.

Trata-se de uma região muito montanhosa, com relevo muito acentuado, muito rochosa, onde o tipo de propriedade é o minifúndio.

As parcelas agrícolas, em média, detêm cerca de 2000 m² e muitas vezes encontram-se distantes umas das outras. A área média por exploração é de cerca de seis ha e meio.

Trata-se de uma região essencialmente agrícola e é a agricultura que ainda vai fornecendo trabalho e condições económicas para que as pessoas permaneçam nesta região.

Além da importância económica e social a agricultura detêm ainda uma grande importância ao nível ambiental, paisagístico e cultural.

Nesta região onde vivo e pratico a minha actividade, apesar dos apoios na área do desenvolvimento rural, desapareceram nos últimos 20 anos mais de 30% dos agricultores, cerca de 25.000 num total de 81.000 e em relação aos que restam, 40% detêm mais de 65 anos e apenas 15% tem menos de 45 anos de idade.

Tudo isto acontece numa região onde, apesar das dificuldades, são reconhecidas as potencialidades, principalmente por deter produtos únicos, de excelente qualidade, tais como vinho, batata, cereais, frutos secos, mel e carne de raças autóctones. Só em produtos DOP e IGP, no meu concelho, temos 14 produtos.

É enquadrado nesta realidade que em 1988, com financiamentos comunitários, me instalei como Jovem Agricultor, na altura como produtor de leite por ser um mercado organizado e na altura estável.

Neste período os produtores eram incentivados pelas empresas e cooperativas de recolha a instalar-se e a aumentar as suas produções, elas próprias se disponibilizavam para conceder empréstimos para a aquisição de quota leiteira, quota essa que era vista como um investimento de retorno garantido.

Investi então cerca de 100.000 € na construção de uma exploração leiteira que começou com 10 vacas em lactação e chegou a ter um máximo de 24 vacas em lactação.

Passados 16 anos quando tinha quase acabado de amortizar o empréstimo que efectuei, mais ou menos a partir de 2004, o preço do leite começou então a baixar drasticamente e os custos de produção a aumentarem para níveis que asfixiavam a margem de lucro que detinha.

Ainda resisti até 2011 na esperança de alguma alteração, mas com a crise do leite em 2007, quando os preços caíram para os 27 cêntimos por litro de leite e com o contínuo agravamento dos factores de produção, decido então terminar com a produção de leite e reconverter a exploração para a produção de carne.

Nessa altura vendo as 180 toneladas de quota leiteira que me tinham custado 25 mil euros por 1.250 €.

Hoje, ao abrigo de um outro projecto no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural, estou ainda em processo de reconversão tendo já 20 animais e esperando chegar aos 30 animais, bovinos de carne.

Ao contrário de mim, outros produtores não tiveram a mesma sorte, se se pode considerar isto sorte, e, para além de terem de fechar as portas, ainda hoje tem de continuar a trabalhar em outras actividades para conseguirem pagar os créditos bancários que financiaram a aventura de ser produtor de leite.

De 80 mil produtores que existiam em Portugal quando me instalei, existem actualmente cerca de 5.500 e todos os dias há mais um que encerra.

Nas regiões deprimidas, como é a minha região, a produção de leite caminha para a extinção.

Na minha opinião mais do que ajudas financeiras, se se quer parar com esta sangria de pequenas explorações que ocorre na minha região como em tantas outras, há que actuar essencialmente no aspecto da regulação.

Eu que beneficieei da primeira instalação de jovem agricultor, de ajudas ao investimento, que recebo a ajuda do regime de pagamento único e a ajuda para as zonas desfavorecidas, sei que isso de pouco vale se não existirem preços que efectivamente remunerem o produto da actividade agrícola.

A agricultura carece de estabilidade de preços, não só de preços de venda, mas também de estabilidade de preços nos factores de produção, para que alguém se possa aventurar na actividade agrícola e esse é o grande papel que os agricultores esperam que seja desempenhado por uma Política Agrícola Comum.

A ondulação a que assistimos nos preços dos mercados agrícolas provoca, em primeiro lugar, o naufrágio das mais pequenas embarcações, neste caso, das mais pequenas explorações.

Por outro lado existe uma clara injustiça na distribuição do valor acrescentado produzido pela cadeia alimentar.

Em Portugal, um estudo oficial indica que 80% daquilo que no dia à dia os Portugueses despendem com o seu cabaz alimentar é retido pela agro-indústria, distribuição e pela comercialização, ficando apenas 20% para remunerar o trabalho da produção.

De todos os agentes da cadeia alimentar são os produtores aqueles que detêm a sua margem de lucro mais esmagada e se formos para a pequena agricultura estas margens são ainda mais reduzidas.

A outro nível referir que se queremos coesão territorial é necessário não tratar tudo por igual, as políticas agrícolas e comerciais devem discriminar positivamente as regiões que pelas suas especificidades

territoriais sejam mais débeis, não só através das ajudas mas também em termos de regras de mercado que protejam e garantam a continuidade da agricultura nestes territórios.

Na minha opinião, a PAC e os seus instrumentos, têm de significar uma maior produção de produtos básicos de qualidade, sustentada numa produção agrícola promotora de biodiversidade e de um forte equilíbrio com o meio ambiente e não promotora unicamente de uma agricultura de produção para exportação, cada vez mais intensificada, cada vez menos sustentável, de alto rendimento, mas de baixa distribuição da riqueza gerada.